

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
SERVIÇO SOCIAL

CAMILA GUIMARÃES NUNES

**DIREITO À MORADIA E GÊNERO: APONTAMENTOS OU DESAFIOS PARA O  
SERVIÇO SOCIAL**

Florianópolis

2020

CAMILA GUIMARÃES NUNES

**DIREITO À MORADIA E GÊNERO: APONTAMENTOS OU DESAFIOS PARA O  
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção parcial do título de Bacharela em Serviço Social

Orientador(a): Prof.(a) Maria Regina de Ávila Moreira,  
Dr.(a)

Florianópolis

2020

Camila Guimarães Nunes

**DIREITO À MORADIA E GÊNERO: APONTAMENTOS OU DESAFIOS PARA O  
SERVIÇO SOCIAL**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de  
“Bacharel” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 14 de dezembro de 2020.

---

Prof. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni.  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
Maria Regina de Avila Moreira  
Data: 15/12/2020 10:00:05-0300  
CPF: 781.501.917-04

---

Prof. Dra. Maria Regina de Avila Moreira  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente  
Heloisa Teles  
Data: 14/12/2020 20:31:05-0300  
CPF: 007.314.250-65

---

Prof. Dra. Heloisa Teles  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Simone Lolatto'.

---

Simone Lolatto  
Avaliadora  
Assistente Social

## AGRADECIMENTOS

Foram alguns anos intensos de graduação e, durante esse percurso, não poderia deixar de agradecer à algumas pessoas que foram essenciais na minha formação. Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu pai, minha mãe e meus avós, que além de me apoiarem em minha jornada, sempre se esforçaram para me fornecer condições de permanência no curso, me incentivaram, apoiaram e acreditaram em mim. Vocês foram imprescindíveis nesse período.

Gostaria de agradecer também às assistentes sociais do meu campo de estágio, que durante dois anos da minha vida me acompanharam neste percurso. Sou imensamente grata pela oportunidade de estagiar na GEMAC e acompanhar essas profissionais que me ensinaram tanto. Foram dois anos incríveis, repletos de aprendizados, ensinamentos, crescimento profissional e pessoal, amadurecimento e evolução. Agradeço a todas essas mulheres fortes, que possibilitaram que eu me aproximasse mais da profissional que quero e, espero, ser. Por me possibilitarem, nessa busca contínua e incansável, de encontrar um pouco mais de mim mesma e de tentar construir uma profissional comprometida com as(os) usuárias(os) que atendemos diariamente. A vocês, o meu muito obrigada! Espero reencontrá-las em meu futuro profissional.

Agradeço às professoras Maria Teresa e Maria Regina, por marcarem positivamente minha trajetória na graduação. À professora Maria Regina, que desde a primeira fase, na primeira aula, marcou minha jornada. À professora Maria Teresa, agradeço por tantas supervisões acadêmicas, discussões, diários de campo (importantes inclusive para a construção dessa monografia) e, para além da construção de conhecimento, por proporcionar um ambiente tão acolhedor. Obrigada professoras! Vocês foram essenciais.

Por fim, porém com certeza não menos importante, gostaria de agradecer, minhas queridas amigas Eduarda, Danielle e Amanda. São pessoas incríveis que a graduação me proporcionou o prazer de conhecer. Estiveram comigo desde a primeira fase, foram minhas grandes companheiras e parceiras em inúmeras experiências únicas e peculiares que o Serviço Social proporcionou. Dividiram comigo dores, tensões, frustrações, mas também conquistas, risadas e realizações. Amigas, vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Admiro todas vocês! Obrigada. À minha grande amiga Mariana, que me acompanha desde os tempos do Colégio de Aplicação, obrigada. Obrigada por estar do meu lado, por me apoiar, me incentivar, me motivar e acreditar tanto no meu potencial (muitas vezes mais do que eu mesma). Que venham mais muitos anos de amizade ao seu lado!

## RESUMO

O Programa Minha Casa Minha Vida, que consiste atualmente no principal programa habitacional do Governo Federal, tem como prioridade de atendimento as mulheres chefes de família. Dessa forma, esta monografia tem por objetivo analisar as relações de gênero que atravessam a política habitacional, tendo como *locus* de estudo o Residencial Jardim Atlântico localizado na parte continental do Município de Florianópolis. O estudo se baseou no trabalho técnico social executado no condomínio a partir do relatório da pesquisa censitária elaborado pela assistente social responsável. Busca apontar a importância da elaboração da pesquisa censitária, enquanto instrumento importante para o Serviço Social, como uma ferramenta que qualifique a intervenção da(o) assistente social, sinalizando para o caráter essencial da incorporação do gênero para a categoria profissional. É uma pesquisa qualitativa, foi realizada utilizando referências teóricas e análise documental de legislações e a pesquisa censitária. Dentre os principais resultados da pesquisa, pode-se evidenciar que, a priorização das mulheres chefe de família foi uma conquista significativa, porém insuficiente. As políticas públicas continuam não reconhecendo as desigualdades de gênero e não incorporando as diferentes necessidades em programas e serviços. Quanto ao Serviço Social, os resultados da pesquisa indicam relevância da realização da mesma, permitindo, por parte da(o) assistente social, aproximação das famílias e o conhecimento da sua realidade, necessidade e particularidades, subsidiando uma intervenção mais qualificada a partir do projeto ético político profissional.

**Palavras-chave:** política habitacional; gênero; Serviço Social;

## **LISTA DE SIGLAS**

BNH Banco Nacional de Habitação

CEF Caixa Econômica Federal

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

CMHIS Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

CMP Central de Movimentos Populares

CONAM Confederação Nacional das Associações de Moradores

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

FCP Fundação Casa Popular

GEMAC Gerência de Mobilização e Articulação Comunitária

MNLM Movimento Nacional de Luta por Moradia

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PDST Plano de Desenvolvimento Socioterritorial

PMF Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNH Política Nacional de Habitação

PTS Projeto de Trabalho Social

UNMP União Nacional por Moradia Popular

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA PENSAR O GÊNERO .....</b>	<b>11</b>
2.1	MOVIMENTO FEMINISTA, RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICA HABITACIONAL .....	17
2.2	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS .....	22
<b>3</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL .....</b>	<b>26</b>
3.1	SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA JARDIM ATLÂNTICO .....	31
<b>4</b>	<b>FASE DE PÓS OCUPAÇÃO DO RESIDENCIAL - IMPLICAÇÕES DE GÊNERO E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>33</b>
4.1	DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL .....	38
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
	<b><u>REFERÊNCIAS .....</u></b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia discute o direito à moradia, as relações de gênero que atravessam a política habitacional e atuação das(os) assistentes sociais no âmbito desta política pública. A partir da problematização do significado da cidade e do urbano, enquanto peças fundamentais para refletir o cenário atual do meio em que vivemos, entende-se a cidade como resultado do modo de produção capitalista e o urbano como uma consequência que assumiu proporções mundiais. No Brasil, observa-se que, a migração da população camponesa para a cidade, configuram o espaço urbano em um local de negligência para a população de baixa renda, com ausência de políticas públicas que atendessem às carências dessa população, culminando num ambiente de ocupação dos espaços, segregação e exclusão, com legislações voltadas somente para a manutenção do capital, neste caso, do setor imobiliário. A partir dessas constatações e do aumento da demanda por unidades habitacionais, à medida em que se agrava o déficit habitacional, observa-se a criação de legislações, programas e serviços no intuito de resolver esse “problema” habitacional.

No entanto, a política habitacional não é direcionada a um público homogêneo. Para além da regulamentação do urbano e das cidades, a política objetiva atender as famílias que não conseguem acessar o mercado imobiliário por se constituírem famílias de baixa renda. Essas famílias possuem características próprias e possuem necessidades específicas de acordo com sua situação de vulnerabilidade. Os programas habitacionais direcionados para a população de baixa renda no país, foram resultado de pressões da demanda habitacional e principalmente pela atuação dos movimentos sociais que reivindicavam o direito à moradia.

Dentre as famílias mais pobres e de maior fragilidade estão as famílias chefiadas por mulheres, não somente estão entre as mais pobres como se firmam como maioria da população de baixa renda. A população pobre do país, apesar das diferenças regionais, se traduz na figura da mulher negra. Essas informações estão diretamente relacionadas com a discussão a respeito das relações de gênero, que servem tanto para descrever e distinguir a diferença entre as categoriais mulheres e homens, como para explicar e examinar as relações entre eles. O sistema patriarcal é responsável pela hierarquização dos gêneros, colocando a mulher como inferior e dominada num sistema de dominação masculina e possui íntima relação com o sistema capitalista. Dessa forma, as mulheres se encontram em situação maior de opressão e exploração, colocando-as nesse contexto de pobreza e vulnerabilidade. Destaca-se que, apesar de reconhecer a importância de se discutir a dimensão racial atrelada a dimensão do gênero, este não se constitui no objetivo da monografia, devido às limitações de um trabalho de conclusão de curso.

Por isso, a monografia analisa a figura da mulher enquanto público alvo dessa política, exigindo atenção especial às necessidades e carências que as famílias chefiadas por mulheres possuem, com vistas a não generalização de possíveis necessidades de uma família composta por pai, mãe e filhos, mas sim de mulheres que assumem o papel de provedoras, enfrentam duplas jornadas de trabalho, ficam encarregadas dos papéis de gerentes da comunidade, enfrentam as adversidades do trabalho informal, desemprego entre outros entraves.

Essas constatações são analisadas a partir do Programa Minha Casa Minha Vida Jardim Atlântico do Município de Florianópolis, relacionando o trabalho técnico social exigido pela Caixa Econômica Federal com a atuação das(os) assistentes sociais, discutindo o papel dessas(es) profissionais inseridos na política habitacional, destacando suas funções, atribuições e contribuições não só para a política, mas para a situação das mulheres que acessam, ou deveriam acessar, a política habitacional. Destacando a importância da pesquisa censitária como instrumento importante para essas(es) profissionais e do reconhecimento do protagonismo dessas mulheres, na perspectiva de elaborar estratégias de intervenção com vistas a inclusão dessas mulheres e viabilização do acesso aos seus direitos.

Esse tema foi escolhido devido a minha experiência de estágio. Durante dois anos estagiei na Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Florianópolis, especialmente na Diretoria de Habitação e Saneamento, da qual faz parte a Gerência de Mobilização e Articulação Comunitária, composta somente por assistentes sociais (todas mulheres). A vivência do estágio me permitiu contato com as famílias de baixa renda que buscavam o acesso à política habitacional, através de auxílio, melhorias habitacionais, construção de unidades habitacionais e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Através do estágio, foi possível refletir diariamente a respeito dessa expressão de desigualdade social. A aprendizagem foi diária, considerando as diversas situações trabalhadas, possibilitando aproximação e aprofundamento do conhecimento dos instrumentais da(o) assistente social, bem como do contato com o serviço público, que possibilita identificar e conhecer as diferentes ferramentas e burocracias que este setor envolve. Vale ressaltar que, o serviço público, por ser um dos principais locais de trabalho da(o) assistente social, tornando a experiência do estágio ainda mais interessante, uma vez que me familiarizou ao funcionamento do serviço público municipal, assim como permitiu vivenciar a relação entre as três esferas de governo.

Destarte, experienciar no estágio as contradições da profissão, praticando o exercício diário do comprometimento ético e político da profissão, permite uma aproximação com as diretrizes da profissão, do código de ética profissional e projeto ético político, visando uma

melhor intervenção profissional. A partir dos serviços e programas em que estive inserida, vivenciando o dia a dia da(o) profissional de Serviço Social, o que inclui a ausência de recursos necessário para intervir, afetando os encaminhamentos das demandas, ausência condições de trabalho, fazendo com que a(o) profissional busquem diferentes estratégias para responder as demandas que são colocadas pelas(os) usuárias(os), exercitando essa dimensão para o futuro profissional.

A partir dessa aproximação com a política habitacional no Município de Florianópolis e principalmente a execução do Programa Minha Casa Minha Vida, fui motivada a me dedicar a essa monografia. O acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa, maioria chefiada por mulheres, desde a retomada das obras até a etapa final do trabalho social no pós obras, despertaram grande interesse em pesquisar a respeito da realidade dessas mulheres, sobrecarregadas por dupla jornada de trabalho, provedoras do lar e, ainda assim, engajadas nos papéis de gerentes da comunidade, envolvidas completamente no processo de implementação do Programa e comprometidas com a manutenção do Residencial. Com vistas a conhecer a realidade dessas mulheres, suas situações socioeconômicas, suas principais características, e necessidades, para a partir daí pensar a atuação profissional, na qualificação das intervenções e refletir a importância da pesquisa para a(o) assistente social.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como objetivo investigar como a questão de gênero atravessa a política habitacional e como as diferentes necessidades entre homens e mulheres são acolhidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Cabe destacar que, uma pesquisa qualitativa, tem como aspectos essenciais:

[...] escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade das abordagens e métodos (FLICK, 2009, p. 23).

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando teorias e conceitos no intuito de fundamentar a realização da pesquisa e a análise dos resultados obtidos, a partir de autores com uma perspectiva crítica a respeito da constituição da política habitacional no Brasil. A pesquisa possui também caráter documental, em que analisa as legislações a respeito da política habitacional e relacionadas ao Programa Minha Casa Minha Vida e da pesquisa censitária realizada no Residencial Jardim Atlântico (MARCONI; LAKATOS, 2003) (GIL, 1989)

A monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro deles discorre a respeito da política habitacional brasileira, contextualizando os elementos que configuraram a forma da política atual e o movimento de periferização do Brasil, a partir da migração do campo para a cidade. Baseado nesses levantamentos, é discutido o desenvolvimento do movimento feminista

e a discussão a respeito das relações de gênero, que impactam diretamente a política habitacional. Neste capítulo, discute-se também o Programa Minha Casa Minha Vida e suas particularidades no Município de Florianópolis.

No segundo capítulo será tratada a trajetória do Serviço Social no contexto brasileiro e a atuação das(os) assistentes sociais inseridos na política habitacional. Nessa etapa, será relatada a atuação profissional no trabalho social, exigido pelos órgãos financiadores, o que inclui o Programa Minha Casa Minha Vida. Por fim, será relatada a execução do trabalho social especificamente no Residencial Jardim Atlântico.

Por fim, no terceiro e último capítulo, será realizada uma análise da pesquisa censitária e dos seus dados. Com essas informações, se demonstrará como os resultados obtidos através da pesquisa corroboram com as discussões realizadas até este capítulo, denunciando as mulheres chefes de família enquanto mais vulneráveis e revelando o protagonismo delas na política habitacional e na luta pelo direito à moradia. Em conclusão, serão traçados alguns desafios para o Serviço Social para pensar a atuação profissional nesta área, direcionando especial atenção a essas mulheres, numa perspectiva de fortalecer esse grupo histórico e socialmente discriminado.

Com os resultados obtidos a partir da pesquisa censitária, que permitiu uma caracterização da realidade das famílias e uma breve análise, a monografia pretende contribuir para a categoria profissional, apontando o trabalho social nesses Programas e principalmente a pesquisa censitária, como instrumentos importantes para atuação da(o) assistente social. É através desse trabalho social, em especial da pesquisa, que a(o) profissional pode se aproximar das famílias, conhecer sua realidade, desvendar suas necessidades, sejam elas imediatas ou que deverão ser trabalhadas a médio e longo prazo, podendo estudar essas demandas, traçar estratégias, definir caminhos e intervenções profissionais que viabilizem acessos à essas pessoas. Essas ferramentas podem qualificar a atuação profissional aprimorando suas técnicas de intervenção. Portanto, se constituem em instrumentos que as(os) assistentes sociais devem se apropriar.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA PENSAR O GÊNERO**

Neste capítulo, será contextualizada a política habitacional no Brasil, pois se considera que é através desse processo que seja possível compreender a sua configuração, isto é, a contextualização nos permite apreender o movimento de periferização das cidades enquanto resultado de determinações históricas capitalistas no Brasil, acarretando na privação do direito à cidade das famílias de baixa renda do país. Para melhor situar a política habitacional, será discutido o conceito de cidade e do urbano, fundamentado pelas reflexões de James Amorim Araújo (2012) acerca do filósofo francês Henri Lefèbvre, que indica a forma como as cidades são determinadas pelo modo de produção capitalista, enquanto aponta o urbano como forma social que anuncia sua mundialidade. Com base nisso, faz-se a discussão sobre a migração, no contexto brasileiro, do campo para a cidade e a transformação desse ambiente urbano como elemento central na sociedade contemporânea, determinado pela renovação do sistema capitalista, a partir da discussão de Ermínia Maricato e Michel Masson, baseado na obra de Raquel Rolnik “Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças”, importantes pesquisadoras da concentração urbana no Brasil.

Como consequência do processo de expansão capitalista, têm-se, conforme Masson (2015), a financeirização da moradia, onde a casa é transformada em mercadoria, é transmutada como bem de uso em capital fixo, fazendo com que o capital se aproprie cada vez mais de determinadas áreas das cidades, causando exclusão social e territorial. Nesse contexto, destaca-se também o processo de gentrificação como elemento importante para compreender a apropriação do capital sobre a terra, enquanto bem de uso, agravando ainda mais a segregação das famílias, uma vez que expulsa os moradores originais, seja pelo aumento do custo de vida ou pela transformação cultural do ambiente (RIBEIRO, 2018.)

Desta forma, partindo da constituição de 1988, que assegura a moradia enquanto um direito social, e compreendendo-a como um marco importante não só na história do país, mas na política habitacional, será realizada uma breve trajetória desta política no Brasil, abordando aspectos históricos determinantes que além de exercer influência na forma como a política se configura hoje, tem algumas características persistentes até os dias atuais.

Na sequência, considerando a contextualização do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na política, desde sua criação até sua operacionalização, serão traçados aspectos positivos e negativos do Programa, demarcando importantes críticas a ele, uma vez que se pode perceber as consequências do Programa impactando diretamente às famílias usuárias da política.

Iniciando a discussão, entende-se, conforme aponta Araújo (2012), o urbano como um fenômeno social ou forma social que se afirma e se impõe. Constitui um processo de implosão-explosão da cidade atual, “é um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teórico-prática, uma problemática” (ARAÚJO, 2012, p. 134). A cidade, por sua vez, é oriunda da história, envolve o espiritual, intelectual, cultural etc., sendo resultado da primeira divisão social do trabalho, entre a cidade e o campo. Contudo, a cidade e o urbano não permanecem os mesmos com o passar do tempo. A cidade veio a se tornar um espaço da reprodução social, enquanto o urbano consolida sua globalização. Essa transformação ocorre em decorrência à íntima relação entre a cidade e os modos de produção do capital. A cidade, que antes possuía um caráter político, ainda que com uma clara divisão social do trabalho, vê no comércio o fator decisivo da substituição daquele modelo de cidade, por outro, de cidade política passa a cidade comercial (ARAÚJO, 2012). Assim, a cidade, da forma como conhecemos hoje, é um retrato da dinâmica capitalista uma vez que o capital encontrou no meio urbano mais um local qualificado para ser rentabilizado, fazendo com que o espaço urbano e o capitalismo se relacionem intimamente (RIBEIRO, 2018).

Com isso, pode-se começar a discutir a transformação do cenário brasileiro, a migração da população do campo para a cidade e como se configura essa cidade. O processo de urbanização brasileiro aconteceu praticamente no século XX, mas até o final do século XIX a maior parte da população permaneceu no campo. Neste período, as cidades eram vistas como uma possibilidade de avanço e modernização, no entanto, não foram capazes de superar características coloniais e imperiais, sendo marcada pela concentração de terra, renda e poder, bem como o exercício do coronelismo, política do favor e aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2003).

Com as mudanças ocorridas na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que apresentou avanços na regulamentação trabalhista, urbana, na industrialização e outros espaços, a população enxergou nas cidades um espaço promissor onde poderiam melhorar decisivamente sua qualidade de vida, influenciando essa população a migração do campo para a cidade. Contudo, essas oportunidades pareciam quase inexistentes no final do século XX e essa população, por ser excluída do mercado imobiliário e não ser atendida por uma política pública, começou a se instalar nas cidades ilegalmente, buscando as favelas e áreas marginalizadas como local de moradia (MARICATO, 2003). O não direito à cidade, mas sim o “direito” à ocupação, ou seja a questão da ilegalidade, nos permite discutir o conceito de exclusão social, isto é, essas pessoas ficam excluídas de bens e serviços, de acessos, de segurança, de infraestrutura e outros muitos fatores (MARICATO, 2003)

Considerando que, nesse processo de migração para a cidade, a ocupação da terra era uma forma legítima de conseguir sua posse, a legislação sobre a terra emerge somente para garantir a manutenção do domínio dos latifundiários sobre a terra. Da mesma forma, a legislação urbana desponta somente para permitir a estruturação do mercado imobiliário urbano, de cunho capitalista. Ambas as legislações foram igualmente responsáveis por subordinar determinadas áreas da cidade ao mercado imobiliário, culminando na expulsão da classe trabalhadora para regiões mais distantes do centro da cidade promovendo uma segregação espacial. No Brasil, diferente de países avançados, a promoção, construção e financiamento imobiliário não se tornou homogênea, fazendo com que as formas antigas de produção do espaço como autoconstruções, áreas invadidas, sejam as principais formas de morar até os dias atuais (MARICATO, 2003).

Cabe aqui destacar um fenômeno, que ocorre até os dias atuais, importante para compreender o chamado fenômeno urbano, que se denomina gentrificação. Como mostra Ribeiro (2018), a primeira vez que o termo gentrificação desponta é na década de 60 do século XX, a partir de uma observação da socióloga Ruth Glass, que constatou mudanças na cidade de Londres referentes a um processo de renovação de determinadas áreas da cidade, onde moradores mais pobres eram substituídos por moradores de classes mais altas.

Pensar a gentrificação envolve diferentes aspectos que transformam a realidade dos habitantes de um determinado local. Ao serem realizadas renovação ou revitalização de determinadas áreas da cidade, como consequência desse desenvolvimento urbano, geralmente ocorre a expulsão, desejada ou não e com caráter de higienização, da população que ali morava, seja determinado pela dimensão econômica, elevado padrão de moradia e consumo, ou atravessada por outros fatores sociais, políticos, culturais. Dessa forma, pode se pensar na reorganização do local, substituindo um determinado grupo por outro, por indivíduos com diferentes estilos de vida e características culturais, pela transformação de uma determinada área, com novos serviços e reparações e, com alterações em leis de zoneamento, visando a extração de lucro do capital (RIBEIRO, 2018).

O conceito nos permite compreender que a absorção do capital ocorre através do redensolvimento urbano, uma vez que é por meio dessas renovações das cidades e no desenvolvimento de infraestruturas que o capital obtém sua fonte de excedentes. “As cidades são hierarquizadas e transformadas elas próprias em objeto do capital, seja como mercadoria ou como estrutura para circulação em uma dinâmica de crescente financeirização” (RIBEIRO, 2018, p. 1338).

Somente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, a moradia é assegurada enquanto um direito social, abordada nos artigos 182 e 183, trazendo questões sobre a política urbana, regulamentada pelo Estatuto das Cidades, que normatiza as diretrizes gerais da política urbana e disciplina diversos instrumentos de intervenção na propriedade (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2016). Salienta-se que

O conceito de moradia nos últimos anos sofreu importantes transformações, na medida em que não mais se restringe às edificações, inserindo a habitação em seu contexto mais amplo, abrangendo as condições de habitabilidade e de salubridade. A moradia digna deve abarcar os elementos essenciais para o desenvolvimento humano, social e econômico das pessoas, condições efetivas de acesso aos bens produzidos na cidade que assegurem uma vida adequada, atendendo às necessidades humanas, ou seja, além da moradia mantém as condições para a própria reprodução do ser social. Assim, a moradia é também o lugar de condições objetivas e subjetivas de vida, onde se estabelecem as relações sociais. Todavia, o ato de morar exige ocupar um lugar no espaço urbano ou rural (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2016, p. 185).

Para contextualizar o Programa Minha Casa Minha Vida, é necessário resgatar brevemente a história da Política Habitacional brasileira. Nesse contexto, evidencia-se a importância dos movimentos sociais na luta por moradia, uma vez que desempenharam papel essencial na conquista de direitos. Destaca-se ainda que os direitos alcançados não foram frutos do mero acaso ou de benevolência alguma, principalmente considerando que o modo de produção capitalista não é de valorização da vida humana, ainda que não possa abster-se dela totalmente (BOTÃO, NUNES, 2020), mas foram resultado de luta dos movimentos sociais, e principalmente das mulheres, enquanto as grandes protagonistas desse processo de luta (SALES; TORRES, 2017)

Os anos 1940 marcaram o início da atuação estatal na produção direta de habitações para a classe trabalhadora, mas ainda distante de uma política urbana. No ano de 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP) no intuito de intervir no então problema habitacional. A vigência da FCP foi de 1946 a 1964, período este marcado pela acentuação da luta de classe, além das críticas direcionadas a Fundação tanto dos críticos como acrícos ao governo. A FCP foi então substituída Banco Nacional de Habitação (BNH) (CFESS, 2016)

Até os anos 1960, as ações voltadas para produção de moradias populares foram dispersas e de pouco significado no tocante a escala e as formas de financiamento. Concomitante, desde 1930, as intervenções do Estado eram marcadas não somente pela erradicação, mas pela integração excludente de favelas e cortiços (CFESS, 2016), ainda que as ações dos Estados não tenham sido contínuas e homogêneas, é possível verificar um padrão de práticas de “coerção, controle social e moral, higienismo social, integração e adaptação dos/as moradores/as de favelas ao desenvolvimento, e por ações de desenvolvimento de comunidade” (CFESS, 2016, p. 23)

Com a criação do BNH, em 1964, num contexto de crise do setor imobiliário, inflação e aumento do déficit habitacional, como órgão central do Sistema Financeiro de Habitação fundado durante a ditadura militar. Este colocava o setor público como financiador principal, enquanto o setor privado era o executor da política habitacional (OLIVEIRA, 2014). A partir de 1987, com a implementação de uma política habitacional em conjunto com o BNH, guiada pelo desenvolvimentismo, foram produzidas moradias prontas através das empreiteiras, localizadas nas regiões periféricas e ausente de participação comunitária. A criação do BNH deu início a uma política caracterizada pelo alinhamento das políticas formuladas no plano federal às ações habitacionais executadas no plano local. Destaca-se que, em duas décadas de gestão, a ação governamental se mostrou incapaz de atender a população de baixa renda em virtude das inadimplências, substituição dos moradores de conjuntos habitacionais por população de renda mais alta, autoconstrução, retorno das populações às favelas, entre outros (CFESS, 2016).

Vale ressaltar que as Companhias de Habitação (COHABs), responsáveis pelo segmento popular da população, caracterizado por famílias de até cinco salários mínimos, se localizavam em áreas distantes e com ausência de infraestrutura necessária, visando baixar os custos das construções habitacionais para o segmento popular da população, o que acarretava em mais custos e dificuldades enfrentadas pela população em relação a, por exemplo, o transporte. Muitas vezes, as habitações caracterizavam adensamento, por conter três ou mais pessoas por dormitório (OLIVEIRA, 2014)

Em 1985, com a extinção do BNH, incorporado a Caixa Econômica Federal (CEF), o setor habitacional sofreu uma profunda crise interna ocasionado devido às tentativas de reduzir a inadimplência dos mutuários, atravessada pela inflação elevada da época (OLIVEIRA, 2014) (CFESS, 2016). Dessa forma, ressalta-se que o BNH não foi capaz de cumprir com seus objetivos, isto é, foi incapaz de produzir habitações para a população de renda baixa, ou seja, habitações de interesse social (OLIVEIRA, 2014).

Os anos de 1980 também foram marcados, para além da redemocratização do país, pela reorganização de movimentos sociais, resultados desse processo e da expressiva demanda por habitação. Os principais movimentos que se manifestaram neste período foram a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a Central de Movimentos Populares (CMP). Todos esses movimentos se pautavam na luta por moradia e, coletivamente, se tornaram movimentos articulados e organizados, construindo práticas e rotinas para a atuação

dos movimentos que lutam pelo direito à moradia em todo território nacional (SALES; TORRES, 2017).

A partir de 1990, a atuação governamental dirigida à população de baixa renda sofreu diversas interferências. Ainda assim, assumindo que o governo federal não era capaz de “financiar a expansão dos serviços, é incentivada a abertura do setor urbano aos investimentos privados, sob a orientação de um modelo descentralizado de gestão” (CFESS, 2016, p. 27). Cabe aqui destacar a influência de uma política neoliberal de incentivo ao mercado imobiliário voltado para as classes médias durante a década de 1990 (CARVALHO; STEPHAN, 2016). Mesmo com as adversidades oriundas da implantação desse modelo neoliberal, ocorre o surgimento e organização de novos sujeitos sociais que despontaram principalmente no período pré Constituição de 1988. Em todos esses momentos de luta as mulheres sempre estiveram presentes, ainda que não seja dado destaque a elas (SALES; TORRES, 2017).

A partir de 2003, no governo do ex-presidente Lula, criou-se o Ministério das Cidades, sendo este o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e pela Política de Habitação, o que envolve “a elaboração e implementação das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e pelos programas urbanos” (CFESS, 2016, p. 27), o que ampliou os investimentos nos setores da habitação e ajustou os programas existentes às características do déficit habitacional e de infraestrutura urbana (CARVALHO; STEPHAN, 2016). Desde a extinção do BNH, esse período pós-criação do Ministério das Cidades, foi marcado pela retomada de investimento estatal no setor habitacional, assim como pelo aumento de recursos e subsídios voltados para habitação de interesse social. Com a aprovação da Política Nacional de Habitação (2004), Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) e o Fundo Nacional de Habitação (2005), buscava-se garantir que os recursos públicos fossem destinados exclusivamente para subsidiar a população de mais baixa renda (CARVALHO; STEPHAN, 2016). Todas essas conquistas foram resultado das reivindicações dos movimentos, que pressionaram o poder público e, dessa forma, alcançaram avanços importantes da política urbana e habitacional (FERREIRA, 2007).

A partir da crise econômica de 2008<sup>1</sup>, o governo decide aderir medidas de expansão de créditos para setores que se encontravam em crise, como o setor imobiliário. Sendo assim,

---

<sup>1</sup>A crise financeira de 2008 ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população. Isto é, muitos bancos passaram a oferecer mais créditos, expandindo o crédito imobiliário e atraindo os consumidores, o que causou a valorização dos imóveis. Até que com a alta procura, a taxa de juros subiu, derrubando os preços dos imóveis. Como muitos destes empréstimos foram de alto risco, muita gente não teve como pagá-los e diversos bancos ficaram descapitalizados. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em 12 de novembro de 2020.

cria-se o PMCMV, regulamentado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, buscando manter elevados os níveis de investimento na construção civil (CFESS, 2016) (CARVALHO; STEPHAN, 2016). O PMCMV consiste, atualmente, no principal programa habitacional do governo federal, entretanto não considera o Plano Habitacional, que apresenta diferentes formas de atendimento às demandas habitacionais, pelo contrário, tem apenas uma proposta habitacional baseada na construção de novas unidades para financiamento, mesmo que subsidiado, nem sempre vinculado com intervenções urbanísticas, contribuindo para ampliação do capital (CFESS, 2016). Conforme Carvalho e Stephan (2016), apesar de grandes resultados quantitativos, pesquisadores apontam a má qualidade da habitação construída pelo Programa, além da localização periférica dos empreendimentos.

Com efeito, são as mulheres que mais sofrem as consequências das condições precárias, do acesso dificultado as demais políticas públicas. Nesse contexto, cabe evidenciar o cenário atual de pandemia causada pela COVID-19<sup>2</sup>. Neste cenário, onde o isolamento e distanciamento social são as medidas indicadas para diminuir a transmissão da doença, a situação de vulnerabilidade dessas mulheres se agrava. Com a necessidade de trabalho remoto, ou mesmo para as mulheres que continuam trabalhando e enfrentam escolas no modelo de ensino a distância e creches fechadas, seus trabalhos ficam redobrados seja pela obrigação de cuidar dos filhos em horário de trabalho ou por não terem opções de onde deixar as crianças. Sem mencionar a problemática da violência doméstica, que aumentou nessa realidade da pandemia e evidenciou a vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres, principalmente pelas mulheres que vivenciam violência doméstica (BORTOLI; ZUCCO, 2019).

## 2.1 MOVIMENTO FEMINISTA, RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICA HABITACIONAL

Simultaneamente ao desenvolvimento da política habitacional, o movimento feminista avançava, a partir da década de 1960, conseguindo sensibilizar a atenção de diferentes países para as desigualdades de gênero, assegurando direitos para as mulheres através de discussões e acordos políticos. Com os avanços do movimento feminista, a década de 1990 foi marcada pelo alargamento das discussões a respeito das questões de gênero (ROSA, 2007). Destarte, nessa conjuntura, foi dado início a reorientações, por parte das Nações Unidas, das políticas sociais,

---

<sup>2</sup> COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). O avanço dos casos tem sido acompanhado pelo mundo, incluindo ações de detecção precoce, isolamento, medidas de prevenção e controle etc. (ALBUQUERQUE, 2020).

permitindo considerar não somente as carências e problemas da população, mas seus direitos (ROSA, 2007).

No Brasil, somente na década de 1970 é que o movimento feminista ganha força em decorrência das comemorações do Ano Internacional da Mulher e ao contexto de resistência ao Regime Militar. Mais articulado na década de 1980, o movimento feminista passa a atuar associado com outros movimentos sociais, pautando outras questões como a homossexualidade e a luta pela igualdade racial. Uma vez que o eleitorado feminino passa a ser alvo de interesse dos partidos, a possibilidade de pautar as questões trazidas até então pelo movimento feminista no âmbito das políticas públicas passa a ser considerada (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Para compreender as singularidades do movimento feminista, é necessário se apropriar da discussão a respeito do gênero. O gênero, enquanto categoria, que vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo, é utilizado não somente para descrever as desigualdades entre os sexos e distinguir a categoria homem e mulher, mas para explicar e examinar as relações entre eles. Dessa forma, gênero e mulher não são sinônimos, ainda que funcione como categoria que demonstra as diferentes formas de discriminação e opressão das mulheres, é também uma forma de leitura dos fenômenos sociais (CARLOTO, 2001). Permite compreender como a subordinação da mulher e a dominação masculina foram construídas social e historicamente, atravessadas por questões objetivas e simbólicas de poder, contribuindo para a desnaturalização e historização das desigualdades entre homem e mulher (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). O termo gênero é, na verdade, uma representação das relações sociais, isto é, relação de pertencer a um grupo, uma classe, uma sociedade. Por isso, este termo não representa um indivíduo, mas a relação social, um indivíduo por meio de uma classe (CARLOTO, 2001).

Essas relações de gênero são historicamente construídas, permeadas pelas relações sociais estruturadas, ou seja, é preciso analisar as determinações socio estruturais, as conquistas culturais e as iniciativas dos indivíduos em sua singularidade para entender como são definidas essas relações de gênero, que são, na verdade, construção de papéis (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). Os gêneros são modelos impostos ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo, criando uma desigual distribuição de responsabilidades onde a diferença biológica acaba por se transformar em desigualdade social (CARLOTO, 2001).

É preciso considerar que essa construção está conectada num processo que envolve as diferentes dimensões de como a sociedade está estruturada e como as distintas conjunturas modificam não só a composição, mas a dinâmica da luta de classes, permitindo-nos articular a dimensão do gênero, com dimensão racial, de orientação sexual, sendo que os níveis de

opressão se intensificam na medida em que essas dimensões se misturam (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Imbricada às relações de gênero, estão as relações de poder. Isto é, as relações não são tratadas somente como diferentes, mas dentro de um sistema hierárquico, que dá lugar às relações de poder. Há a hegemonia do consenso de superioridade masculina. Evidencia-se na história que os homens se apropriaram, em sua maioria, das esferas de poder e visibilidade, sendo estes últimos construtos históricos determinados na e pelas relações sociais (CARLOTO, 2001) (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Destaca-se, nesse processo, a propriedade privada como um dos elementos determinantes para os papéis de gênero. É a partir dela que novas configurações, sejam elas nos agrupamentos familiares, nas relações de trabalho, na organização social, que emergem novas relações sociais que refletem sobre os homens e mulheres. Para estas últimas, foi imposto o espaço doméstico, do cuidado com o lar, a obrigação de ser esposa e mãe, enquanto para os homens restou o trabalho desenvolvido externo ao âmbito doméstico. Diante deste quadro, expõe-se a divisão sexual do trabalho, cujo desenvolvimento contribuiu incisivamente para a inferiorização das mulheres, restringindo-as a esfera do lar. O fenômeno em questão, pode ser entendido não como uma divisão casual das responsabilidades do homem e da mulher, mas principalmente como uma forma de classificação das mulheres (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

É igualmente nesse âmbito que se estabelecem as hierarquias sociais, conforme salientado anteriormente, essas hierarquias apontam para relações de poder. A tentativa de construir a mulher como subordinada, dominada e explorada, cuja existência é em função do masculino é naturalizada, pois se utiliza das diferenças biológicas para legitimar essa “inferioridade” (CARLOTO, 2001) (SANTOS; OLIVEIRA, 2010). Historicamente os homens se apropriaram do poder político, poder de escolhas, de decisão, não se tratando somente de reconhecer quem tem poder e visibilidade, mas em quais condições materiais foram efetivados. Este é um processo que resulta de diferentes maneiras, sendo elas opressivas, submetendo as mulheres a relação de dominação, violência e violação (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

No modo de produção capitalista, as condições materiais se caracterizam como grande entrave para o desenvolvimento pleno e livre da individualidade. O maior acesso às condições materiais que se dispõe para se viver possibilita maior desenvolvimento de ideia, projetos. Não é à toa que a ausência deste acesso implica em indivíduos despotencializados em sua capacidade reflexiva, reproduzindo práticas que reforçam processos de alienação e subalternidade (SANTOS; OLIVEIRA, 2010) (OLIVEIRA, 2011).

O sistema capitalista, apesar de não ter originado o patriarcado, “entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social” (SANTOS, OLIVEIRA, p. 14, 2011), se apropria de suas lógicas e valores. Dessa forma, a partir da intensificação da exploração da classe trabalhadora, intensifica-se ainda mais a situação de dominação e exploração da mulher.

A dominação-exploração constitui um único fenômeno apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticodeliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2004, p. 106 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 14)

Dessa forma, entende-se o sistema patriarcal como indissociável do sistema capitalista, tornando-se impossível discutir as dimensões de gênero fora desse contexto. O capitalismo se aproveita da opressão vivida pelas mulheres, não somente do ponto de vista ideológico, mas na inserção precária e subalterna no mundo do trabalho. Nesse sentido, a perspectiva de totalidade pode contribuir para debater a opressão de gênero. Ao se analisar a vida social e a desigualdade de gênero, sob uma perspectiva de totalidade, considera-se as determinações reais que incidem sobre as especificidades da luta das mulheres, proporcionando um conjunto de mediações que permitem apreender os fenômenos em sua densidade histórica (SANTOS; OLIVEIRA, 2011).

A partir disso, evidencia-se que ainda que os investimentos em Programas como o Minha Casa Minha Vida tenham resultado em melhorias significativas na qualidade de vida das famílias beneficiárias, principalmente das mulheres, dado que a priorização de mulheres responsáveis pela unidade familiar é amparada por lei<sup>3</sup>, ainda existem questões a serem modificadas. A priorização das mulheres chefes de família é considerada uma conquista importante, entretanto, “com a priorização dos interesses do capital imobiliário e a ausência de maior controle no uso e ocupação da terra urbana, o PMCMV acaba por asseverar os problemas urbanos já presentes nas cidades brasileiras” (SOUZA; SUGAI, 2018).

Em vista disso, um dos principais problemas do Programa é relacionado a localização dos empreendimentos. Em sua maioria, os residenciais localizam-se em regiões periféricas das cidades, onde os preços são mais baixos, enfatizando que os interesses que estão em jogo são os interesses privados, em busca de maior lucratividade, e não os das famílias beneficiárias. Por se localizarem em regiões distantes, as famílias encontram ainda mais dificuldade de acessar equipamentos públicos, como centros de saúde, centros de referência de assistência social

---

<sup>3</sup> Lei 11.977 de 07 de julho de 2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.

(CRAS), creches, escolas, justamente por se encontrarem num local esvaziado de urbanidade (PACHECO; ARAÚJO, 2017) (MARQUES, 2018).

O Programa utiliza, para a construção dos empreendimentos, o padrão definido pela CEF, ou seja, não considera as diferenças entre as regiões distintas do país, indo de encontro com as propostas da Política Nacional de Habitação (PNH). Ademais, os enormes conjuntos construídos que comportam até duas mil unidades habitacionais, não permitem que o controle social e a participação social, conforme indica a PNH, possam ocorrer nesses espaços (PACHECO; ARAÚJO, 2017). O Programa acaba por reproduzir as antigas lógicas das políticas habitacionais, onde o atendimento à população não dialoga com às suas necessidades reais, mas atende aos interesses de seus formuladores e implementadores.

Desta forma, conforme aponta Marques (2018), as metas do Programa também não dialogam com o déficit habitacional acumulado por faixa de renda, uma vez que este sofreu uma elevação desde a criação do Programa. Tais propostas do PMCMV mascaram os interesses privados na construção e distribuição das habitações, possibilitando a criação de um mercado de habitações, ainda que não solucione o déficit habitacional, legitimou a casa própria que, por sua vez tornou-se um produto, como ferramenta de propaganda, tanto para o Estado como para o Capital, permitindo uma nova forma de expansão do capital financeiro, através de um discurso onde o mercado não só pode regular a alocação da terra urbana e da moradia, como fazer a distribuição de recursos (MARQUES, 2018)

Com essa tendência de priorização dos interesses privados e maximização dos lucros, resultado da apropriação dessa política social pelas construtoras, ficam refletidas as práticas neoliberais que se relacionam ao Programa, que através da mercantilização da política social, redução de gastos sociais, focalização e degradação do setor público, reitera mais uma vez a justificativa de privatizar o que é público (PACHECO; ARAÚJO, 2017). A política de habitação renunciou da distribuição da riqueza e passou a atuar a partir da extração da renda, por meio do financiamento da moradia, o que transformou o direito à moradia em um mercado de exploração das classes populares, portanto, a população precisar pagar para ter acesso a este “produto”, que contém somente o mínimo necessário para se viver, mediante longos pagamentos, prestações e, conseqüentemente, endividamento. Destaca-se também que o Programa acaba limitando a ação dos municípios, considerando que a competitividade entre eles acaba por estimular uma não aplicação dos instrumentos urbanísticos, tendo em vista que estes são empecilhos para as construtoras, que acabam por buscar outros municípios para execução, pressionando o poder local. Mais uma vez o Estado reitera a negação do direito à cidade (MARQUES, 2018).

Outro aspecto que deve ser apontado é ausência da observação para com a questão de gênero. Conforme apontado anteriormente, as mulheres chefes de famílias possuem prioridade no atendimento, assim sendo, pressupõe-se que boa parte do público atendido são mulheres. Ainda assim, as unidades habitacionais não atendem às reais necessidades dessas mulheres. Conforme supracitado, a distância dos residenciais impacta diretamente a vida das famílias, mas no caso específico das mulheres, que desempenham diferentes funções, seja ela na esfera doméstica ou fora dela, a situação é ainda pior, uma vez que além da distância precisam enfrentar a ausência de um planejamento de transporte que considere suas necessidades de locomoção, considerando que “devido aos papéis de gênero que as mulheres desempenham, o padrão de suas viagens não é o mesmo dos homens” (MACHADO, 1997, p. 29). Não obstante, as construções não levam em conta que muitas mulheres desenvolvem atividades em casa como geração de renda, acarretando num ambiente muito pequeno para execução desses trabalhos, as habitações raramente são adequadas para o desempenho das várias atividades que as mulheres executam (MACHADO, 1997).

Por fim, um último aspecto diz respeito ao modelo de condomínio que muitas construtoras adotam para a construção dos residenciais, que apesar de reduzir os custos para a construtora, aumenta os custos das famílias. No Residencial Jardim Atlântico, objeto de estudo desta monografia e que será melhor discutido na sequência, é possível observar que além do valor do financiamento, que varia de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, as famílias precisavam arcar também com o valor do condomínio, estipulado em cerca de R\$ 242,00<sup>4</sup>, comprometendo boa parte de sua renda somente com os custos de sua habitação.

## 2.2 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Atualmente, o PMCMV é executado em parceria do Governo Federal, estados e municípios, bem como empreiteiras e outros serviços contratados. Conforme pode ser verificado no site da CEF, o programa é dividido em quatro faixas de renda: faixa 1, destinada à famílias com renda bruta familiar de zero a R\$1.800,00, com prestações que variam de R\$80,00 a R\$270,00; faixa 1,5, com foco nas famílias com renda bruta de até R\$2.600 e subsídios que chegam a 47,5 mil reais; faixa 2, que abarca famílias com renda bruta até R\$4.000,00 e subsídios de até R\$29.000,00; e por fim, faixa 3, destinada à famílias que possuem

---

<sup>4</sup> Valor estimado em 2019.

até R\$7.000,00 como renda bruta, oferecendo taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado<sup>5</sup>.

O primeiro Programa Minha Casa Minha Vida do Município de Florianópolis foi entregue somente em 2018. Apesar de um déficit habitacional quantitativo de 7.842 domicílios<sup>6</sup>, estimado em 2010 (PMHIS, 2012), o Município de Florianópolis, até o ano de 2020, só lançou mão de dois empreendimentos Minha Casa Minha Vida Faixa 1. O primeiro deles, objeto de estudo desta monografia, foi um empreendimento de demanda aberta que contava com setenta e oito unidades habitacionais para famílias da região do Jardim Atlântico, localizada na parte continental do Município, e entorno<sup>7</sup>.

Conforme a Lei 11.977/2019, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, as mulheres responsáveis pela unidade familiar possuem prioridade no atendimento, bem como pessoas com deficiência, e famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero (BRASIL, 2009).

Para além destas características que compõem a prioridade de atendimento do Programa, de acordo com o Decreto Municipal 13. 233 de 26 de junho de 2014, para além dos critérios nacionais, foram instituídos outros três critérios adicionais deliberados pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), que priorizam famílias que tenham em sua composição crianças, adolescentes e idosos; famílias com vínculos sócio empregatícios na região; e tempo de moradia no município de Florianópolis.

Ainda de acordo com o Decreto, foram estabelecidas outras regras no tocante ao processo de atualização cadastral, novos cadastros e seleção de famílias, sendo elas:

- a) Território de abrangência - candidatos inscritos no cadastro habitacional do Município residentes no Continente, através de atualização cadastral; b) Novas inscrições para o PMCMV Jardim Atlântico – Para novas inscrições ficam definidas as áreas do Jardim Atlântico Norte, Jardim Atlântico Sul, Marinha e Coloninha; c) Aos moradores das áreas do Jardim Atlântico Norte, Jardim Atlântico Sul, Marinha e Coloninha é estabelecido ponto adicional por critério de regionalização; d) Tempo de moradia - Mínimo de 05 anos para pontuar no critério adicional tempo de moradia; f) Famílias beneficiadas pelo aluguel social residentes no continente que estão resguardadas pelo Decreto de calamidade e não se encontram atendidas pelo disposto no art. 4º desta Resolução, poderão ser incluídas no novo cadastro habitacional, desde que residam no continente (FLORIANÓPOLIS, 2014)

---

<sup>5</sup>Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acessado em 07 de setembro de 2020.

<sup>6</sup>Compreendido entre famílias de 0 a 3 salários mínimos.

<sup>7</sup>Decreto nº 13.233 de 26 de junho de 2014. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2014/1323/13233/decreto-n-13233-2014-ratifica-a-resolucao-cmhis-n-022014-aprovada-pelo-conselho-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-de-florianopolis> aceso em: 11 de outubro de 2019 às 09h30min.

Ademais,

foram resguardadas 3% das unidades habitacionais à pessoa idosa e mais 3% ao atendimento à pessoa com deficiência ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, previstas na Portaria 595, de 18 de dezembro de 2013 e Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, respectivamente, e foram dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização, nacionais e municipais, as famílias beneficiadas pelo aluguel social<sup>8</sup> residentes no Continente, provenientes de situação de emergência ou estado de calamidade pública, devidamente reconhecidas por decreto de lei, respeitado o item 3.4 da Portaria 595/2013, conforme elucidam o 3º e 4º artigo (FLORIANÓPOLIS, 2014).

O empreendimento<sup>9</sup> teve início ainda em 2014, entretanto, em 2016 sofreu um atraso nas obras em decorrência da falência da Construtora e Incorporadora Vitta, responsável pela execução das obras. Após quase um ano e meio desde o ocorrido e de negociações com o Ministério das Cidades no intuito de garantir os recursos para a conclusão da obra, esta foi retomada no final do ano de 2017 com previsão de entrega para 2019<sup>10</sup>. Dessa forma, faz-se importante apontar que neste íterim, através da Portaria Interministerial Nº 99 de 30 de março de 2016, houve um reajuste no valor da renda bruta familiar para participar do Programa, passando de R\$1.600,00 para R\$1.800,00. Desta forma, após o retorno das obras, as famílias passaram por uma reavaliação socioeconômica a fim de se verificar a compatibilidade com os critérios do PMCMV.

Destaca-se que o terreno em que se localiza o empreendimento foi doado pela Prefeitura de Florianópolis, sendo esta a responsável também pelo cadastramento e seleção das famílias. Em 14 de abril de 2018 a obra foi entregue as 78 famílias contempladas. O empreendimento possui cinco blocos de quatro pavimentos cada, prioridade para as pessoas idosas ou que possuem alguma deficiência nos apartamentos localizados no térreo, estacionamento rotativo, salão de festas e um parque.

Foi discutido até aqui, a cidade, enquanto um espaço de reprodução social, que possui relação íntima com os modos de produção do capital, tornando-se um retrato da dinâmica capitalista e mais um local qualificado para ser rentabilizado. A passagem do campo para a cidade, no contexto brasileiro, retrata a exclusão de famílias que ao vislumbrar na cidade um espaço de melhores oportunidades e qualidade de vida, foram confrontadas por uma realidade

<sup>8</sup>Lei Nº 9855/2015 dispõe sobre o Auxílio Habitacional. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2015/985/9855/lei-ordinaria-n-9855-2015-dispoe-sobre-o-subsidio-financeiro-na-forma-de-auxilio-habitacional-no-ambito-da-politica-municipal-de-habitacao-de-interesse-social>.

<sup>9</sup> O termo empreendimento utilizado pelo programa confirma a dimensão da utilização comercial e privada das políticas habitacionais em contraste com a função social que uma política de Estado deveria ter.

<sup>10</sup>Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?pagina=notpagina&noti=19142#:~:text=As%20obras%20foram%20paralisadas%20em,para%20a%20conclus%C3%A3o%20das%20obras.>

de segregação e ausência de legislações, políticas e serviços que atendessem às suas necessidades, nesse caso, habitacionais. Foram segregadas e marginalizadas, forçadas a viver na ilegalidade, uma vez que o único direito que possuíam era o de não direito à cidade. As legislações que emergiram nesse cenário, foram, mais uma vez, em favor do capital com vistas a assegurar a estruturação do mercado imobiliário urbano.

Da mesma forma como o capital se apropriou da cidade, o fez também com as lógicas e valores do patriarcalismo. A mulher, submetida a um sistema de opressão, dominação, violência e violação, encara mais violentamente a exploração do capitalismo, pois ao se intensificar a exploração da classe trabalhadora, intensifica-se também a dominação e exploração da mulher. Esse sistema patriarcal se pauta numa distribuição desigual de papéis, tornando a diferença biológica em desigualdade social. Essas relações de gênero foram construídas historicamente, atravessadas por relações sociais estruturadas, sendo necessário analisar as determinações socio estruturais, para compreendê-las.

A partir desses aspectos, é necessário considerar essas relações de gênero também nas políticas públicas, compreendendo as diferentes necessidades dos homens e das mulheres, para que elas possam impactar positivamente na vida dessas famílias, considerando suas carências e situações singulares. Entretanto, verifica-se, a partir dos elementos aqui levantados, que a política habitacional desconsidera inúmeras informações, produzindo unidades habitacionais que não são compatíveis com a realidade das famílias. Entende-se que este é um tema prioritário para o Serviço Social, pois é com essas pessoas que trabalhamos e atendemos diariamente, em especial quando inseridas/os em Programas Habitacionais.

No capítulo a seguir se discutirá a importância e a trajetória do Serviço Social no contexto brasileiro, apontando aspectos da atuação do profissional de serviço social na política habitacional. Não obstante, serão discutidas as funções, atribuições, competências e contribuições da(o) assistente social na política habitacional e para a classe trabalhadora. Por fim, será apresentada a execução do trabalho social no tocante ao Residencial Jardim Atlântico.

### 3 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL

Neste capítulo, será abordada a trajetória do serviço social no Brasil, enunciando características que marcaram a história da profissão a atravessam a atuação da(o) assistente social até os dias atuais. Após essa contextualização, será discutindo a atuação da(o) profissional de serviço social na política habitacional, elucidando seu papel, suas funções e contribuições, tanto para a política quanto para as(os) usuárias(os) dessa política. Será elucidada a importância da Lei de Regulamentação da Profissão assim como seu Código Ético, mirando uma atuação comprometida com o projeto ético-político e com a classe trabalhadora, além de algumas legislações que contribuem para o trabalho da(o) assistente social na área da habitação. Em conclusão, será apresentada a execução do trabalho social no Residencial Jardim Atlântico.

O serviço social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, sendo a(o) assistente social uma(um) trabalhadora(o) assalariada(o) que vende sua força de trabalho especializada em troca de um salário. Nesse contexto, a(o) assistente social, ainda que norteada(o) pelo projeto ético-político da profissão, sofre com essa tensão de compra e venda da força de trabalho, determinante fundamental na sua autonomia profissional. A condição de assalariada(o) envolve a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regularizam as condições de trabalho, condicionadas no contrato de trabalho. Dessa forma, as diferentes exigências impostas pelos empregadores incidem nas requisições feitas às(aos) assistentes sociais, sem esquecer dos salários, jornadas de trabalho, condicionando “o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 128).

O Serviço Social no Brasil teve início a partir da década de 1930 com o aprofundamento do capitalismo e a necessidade de enfrentamento da questão social, portanto, era igualmente necessário instrumentos de disciplinamento social. Assim sendo, o Serviço Social se pautava na manutenção do poder do Estado e do empresariado, fundamentado nos princípios da igreja católica e atuava numa direção clientelista. Em 1946, quando a Fundação Casa Popular (FCP) foi fundada, não era diferente. Num cenário de expropriação da terra urbana e de segregação das moradias populares por meio de uma política de remoção de favelas e produção de novas moradias em regiões periféricas, o Serviço Social ainda atuava com um caráter clientelista, autoritário, paternalista e de controle da população. A(O) assistente social, enquanto trabalhadora(o) inserida(o) na divisão sociotécnica do trabalho, exercia atividades de controle e higienismo para com as famílias pobres urbanas, através de ações pontuais de desenvolvimento de comunidades (CFESS, 2016).

Nas décadas seguintes, 1950 a 1960, já numa perspectiva desenvolvimentista, a atuação da(o) assistente social no campo urbano, se caracterizava por respostas paliativas, burocratizadas e paternalista, a partir de um atendimento individual no âmbito da previdência e assistência social. Nesse contexto de processo de urbanização e pouca produção de moradia popular, a intervenção pública estava direcionada na omissão, exclusão, controle e repressão da classe trabalhadora (CFESS, 2016).

Com a criação do BNH, o trabalho da(o) assistente social, junto de outras(os) profissionais das ciências sociais, tornou-se um trabalho com caráter mais administrativo, focando na seleção das demandas, no acompanhamento da inadimplência, como na organização comunitária, no intuito de administrar espaços comunitários construídos nos conjuntos habitacionais. Destaca-se que o trabalho neste período se orientava também pela crítica ao pensamento conservador (CFESS, 2016).

Mesmo com a repressão que ocorria entre os anos 1970 e meados de 1980 e a forte tensão na categoria profissional, de contestação e rompimento com o conservadorismo, com vistas a uma renovação histórica e crítica, o trabalho social avança envolvido com as reivindicações e organizações das classes populares. Não se pautava somente em ações emergenciais e assistenciais, mas no fortalecimento das lutas e direito das(os) trabalhadoras(es). A partir dessas premissas, o trabalho técnico social passou a ser exigido nos programas habitacionais, tanto nas COHABs como nos programas destinados a população de baixíssima renda. Tal período marcou novos desafios para o Serviço Social, considerando que segmentos mais críticos da categoria profissional estimularam, capacitaram e subsidiaram movimentos de favela (CFESS, 2016.)

Partindo desta breve contextualização do Serviço Social brasileiro, evidencia-se que, na política habitacional, o trabalho da(o) assistente social deve se basear tanto pelo projeto ético político da profissão e seu Código de Ética, como pela perspectiva do direito à cidade, considerando que o direito à cidade não é só somente o acesso aos bens e serviços já existentes nas cidades, mas sim o direito de transformação desse espaço (CFESS, 2016). Destaca-se que

[...] a possibilidade de assumir a luta pelo direito à cidade como lema operacional e como ideal político [...] funda-se no estatuto intelectual e político dos assistentes sociais e no ideário presente no projeto ético político profissional, tanto quanto nas exigências postas no mercado de trabalho” (DINIZ, 2014, p. 67).

Considerando ainda a importante contribuição da(os) assistentes sociais juntos aos movimentos de favela e luta por moradia, a relevância de uma atuação voltada ao fortalecimentos desses movimentos, na qual a(o) profissional deve contribuir com seu domínio teórico e institucional de forma participativa, visando a defesa dos direitos sociais, ampliação

da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia e demais princípios fundamentais da profissão. Da mesma forma, a(o) assistente social deve priorizar a ampliação dos espaços democráticos de decisão, por exemplo, os conselhos municipal, estadual e nacional de habitação, ao lado dos movimentos sociais, importantes elementos de contestação e oposição da classe dominante (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2012), compreendendo que enquanto profissional ela(e) é uma mediadora(or) da população, uma vez que a(o) usuária(o) poderá mostrar a ela(e) suas demandas e necessidades, considerando que é por meio da participação social que se consegue políticas que atendam a uma demanda habitacional (DINIZ, 2014) (REZENDE et al., 2014). Cabe, portanto, a(o) assistente social, viabilizar não somente o acesso a casa, mas a moradia e mobilidade, bem como como garantir a qualidade dos serviços e estar sempre em busca da ampliação dos direitos sociais das(os) usuárias(os) (CUNHA; SOARES; PIMENTEL, 2017) (REZENDE et al., 2014).

As respostas profissionais devem ser construídas a partir das três dimensões da profissão, sendo elas teórico-metodológica, ético-política e técnico operacional, que irão se articular no espaço interventivo (DINIZ, 2014). É nossa função, enquanto profissionais,

[...] possibilitar a reflexão, subsidiar a análise com novas informações no sentido de politizar as demandas. Dessa forma, ainda que não vivenciando a situação da população com que trabalha, pode auxiliá-la com o seu saber técnico, possibilitando, por parte da população incluída nesse processo, uma reflexão crítica e um posicionamento frente ao seu cotidiano (GOMES, 2001, p. 15).

Essa capacidade formular estratégias e construir caminhos, bem como a capacidade de atuação profissional está ligada diretamente ao domínio teórico da(o) assistente social. O domínio teórico se relaciona não somente com o conhecimento burocrático da instituição, mas também ao arcabouço teórico no qual se apoia a profissão e a orienta politicamente. Entretanto ambos os conhecimentos andam juntos, não diminuindo a importância de um em detrimento de outro. Essa discussão concerne a indissociabilidade entre teoria e prática. Não há como pensar na dimensão técnico-operativa sem a fundamentação teórica, que capacita, orienta e amplia a atuação profissional, possibilitando um olhar crítico e reflexivo qualificando a interpretação da demanda, bem como a intervenção (SANTOS, 2013).

Conforme ressalta o Conselho Federal de Serviço Social (2016), os princípios e diretrizes do trabalho da(o) assistente social na política habitacional consistem em formular e desenvolver projetos que viabilizem o acesso da classe trabalhadora ao seus direitos, por meio da política urbana e dos programas das políticas setoriais, implementando serviços de qualidade e colaborando para com processos participativos e de organização popular. Essa atuação ocorre em dois eixos, tanto numa perspectiva coletiva como individual. A coletiva caracteriza-se pelo

envolvimento com os movimentos sociais, participação e organização popular. Já a individual/grupal visa a construção de respostas às necessidades básicas das(os) usuárias(os) da política urbana. Destaca-se que nessa política, as demandas direcionadas ao Serviço Social são, em sua maioria, ditadas pelo Estado ou mercado privado, ainda que por outro lado, a(o) assistente social receba as reivindicações e pressões da classe trabalhadora. Os problemas e conflitos eclodem sobre o Serviço Social por meio de demandas reprimidas, violação de direitos e ausência de serviços (CFESS, 2016) (DINIZ, 2014).

Não obstante, grandes norteadores da(o) assistente social encontram-se na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/ 1993), que contempla as competências e atribuições privativas da(o) profissional de serviço social, como o Código de Ética profissional (Resolução CFESS nº 273/93), que elenca os princípios fundamentais para uma atuação comprometida com os ideais da profissão e na direção contrária ao modo capitalista de produção.

Posto isso, a(o) assistente social tem nas suas ações uma intervenção socioeducativa e de mobilização social, desenvolvendo também práticas de gestão, planejamento, coordenação e de assessoria e formação profissional. Assim sendo, deve haver na atuação profissional uma intersetorialidade, considerando saberes e práticas profissionais de outras áreas de conhecimento (CFESS, 2016).

No PMCMV particularmente, não é diferente. Vale destacar, que em 22 de janeiro de 2014, foi decretada a Portaria de Nº21 que aprova o manual de instrução do trabalho social nos programas de ações do Ministério das Cidades, nas intervenções de habitação e saneamento objeto de repasse ou financiamento do setor público e de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; e nas intervenções executadas no âmbito do PMCMV, em todas as suas modalidades (MCIDADES, 2014). A portaria sinaliza que o Trabalho Social

[...] compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político- institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (MCIDADES, 2014, p. 5)

Seu objetivo geral visa promover participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais das(os) beneficiárias(os) e a sustentabilidade da intervenção (MCIDADES, 2014, p. 5). Tem como alguns de seus objetivos específicos, organização e

mobilização comunitária, contribuindo para uma gestão democrática e participativa; apoiar a implantação da gestão condominial; promover a participação das(os) beneficiárias(os) nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, adequando-os às necessidades e à realidade local, estimulando a plena apropriação pelas famílias. O trabalho técnico social deve obrigatoriamente contemplar todos os quatro eixos (MCIDADES, 2014).

A Portaria indica a necessidade de elaboração de um Projeto de Trabalho Social (PTS) e um Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) para que se cumpram as etapas de execução de pós-assinatura do convênio do trabalho social; pré-contratual com a(o) beneficiária(o); e pós contratual com o beneficiária(o)/pós obra. Na primeira fase seria elaborado um PTS preliminar para ser aprovado pela instituição financeira federal, na segundo a aprovação do PTS até a assinatura do contrato pelas família, devendo o trabalho social iniciar 8 meses antes da mudança e, por fim, a última etapa que se inicia a partir da mudança das famílias. Destaca-se que a metodologia, as estratégias, os instrumentais e demais elementos do trabalho social são responsabilidade do ente público, que deverá considerar as peculiaridades de cada empreendimento (MCIDADES, 2014).

A construção de uma Portaria com o intuito de orientar o trabalho técnico social<sup>11</sup> ressalta ainda mais a importância da atuação da(o) assistente social, bem como da necessidade de fazer uma profissional crítica(o), coerente e comprometida(o) com a classe trabalhadora. Entretanto, ainda que o trabalho da(o) assistente social seja guiado a partir dos objetivos institucionais, não são estes que exclusivamente orientam as ações da(o) profissional de Serviço Social, considerando que a(o) assistente social é uma trabalhadora assalariada(o) e depende da venda de sua força de trabalho e por isso se faz necessário que atenda também os objetivos institucionais, o projeto ético político da profissão é o principal norteador de sua atuação profissional (CFESS, 2016). Faz-se importante salientar que, mesmo atualmente, a profissão ainda possui o papel de amenizar e abrandar a desigualdade social, somos “facilitadores do exercício destes direitos que o Estado tem feito questão de complicar e de mostrar como favor” (ESTEVÃO, p. 61 2016, apud. CUNHA; SOARES; PIMENTEL, p. 6 2017).

---

<sup>11</sup> A equipe do trabalho técnico deve ser multidisciplinar, constituída por profissionais com experiência de atuação em Trabalho Social. A(O) Coordenadora, que será Responsável Técnica(o), deve compor o quadro de servidores do Proponente/Agente Executor, ter graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social ou Sociologia (MCIDADES, 2014).

### 3.1 SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA JARDIM ATLÂNTICO

A partir de todas as questões abordadas até então, assim como nos demais empreendimentos, é evidente a necessidade de execução de um trabalho social no PMCMV Jardim Atlântico. Como ponto de partida para essa discussão, vale relembrar o processo de execução da obra, que sofreu uma interrupção em virtude à falência da construtora responsável pela construção. Frente a essa situação, a equipe técnica social da prefeitura tentou realizar um termo aditivo para que a empresa GLAB, responsável pela execução do trabalho social no residencial, continuasse com o trabalho. Entretanto, nunca obtiveram resposta, e a empresa desistiu da licitação e do trabalho social.

Assim que as obras foram retomadas, em 2017, tornou-se urgente que o trabalho social fosse igualmente reiniciado, no entanto ainda não havia sido realizada nova licitação para contratar outra empresa que executasse o trabalho social. Logo, mesmo com equipe reduzida, a Gerência de Mobilização e Articulação Comunitária (GEMAC) ficou responsável pela execução do trabalho, até ocorrer nova licitação. A assistente social, fiscal de contrato deste empreendimento, em parceria com outra colega assistente social, ficaram responsáveis pela execução das primeiras etapas, que antecedem a etapa pós-obras. Nesse caso, eram realizadas reuniões periódicas com as famílias beneficiárias, em parceria com a CEF e com a empresa Liderança, responsável técnica pela Gestão Patrimonial e Condominial.

No dia 10 de maio de 2018, foi anunciado no Diário Oficial da Prefeitura de Florianópolis que a empresa contratada para realização do trabalho social havia sido a Painel Pesquisas, Consultoria E Publicidade Ltda Painel Instituto De Pesquisas, com vigência de até 30 de setembro de 2019. A partir disso, o cronograma físico financeiro do PDST foi reorganizado para 12 meses de trabalho, considerando que o anterior era de 15 meses

Conforme delimitado anteriormente, o norteador desse trabalho é o PTS e PDST, realizado pelo proponente, ou seja, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Vale lembrar que o PTS deve obrigatoriamente envolver os seguintes eixos: mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; e desenvolvimento socioeconômico. No caso do Residencial Jardim Atlântico não foi diferente. A assistente social terceirizada, responsável pela execução cumpriu com todas as etapas e objetivos propostos, construído pela PMF, planejando e executando diferentes oficinas, reuniões, assembleias e eventos voltados também às crianças, com o intuito

de ambientar as famílias aquela nova realidade, com novas regras, novos espaços, novas obrigações.

O trabalho social afirma sua importância dado que possibilita as famílias se ambientarem naquele novo local, que se apropriem de fato, de um espaço que é desconhecido para elas. No caso do Residencial Jardim Atlântico, as famílias que antes estavam acostumadas a morarem em casas, se depararam com uma nova realidade vivida em condomínio, que não só apresentava novas despesas para as famílias, mas novas regras de convivência e obrigações para com as áreas comuns, no intuito de preservar aquele ambiente que, agora, é seu novo local de moradia. Não obstante, o trabalho social busca proporcionar, a medida em que é executado, o sentimento de pertencimento e permite que as famílias conheçam o entorno da região, como creches, escolas, áreas de lazer, centro de saúde e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Assim, no próximo capítulo será discutido a pesquisa censitária realizada no Residencial Jardim Atlântico que subsidiou a organizações de atividades que atendessem os objetivos do trabalho técnico social e as necessidades e perfis das famílias. A pesquisa, que não identifica as(os) entrevistadas(os), conta com informações importantes das famílias, como estado civil, renda bruta familiar, membros da família, gênero, entre outros, constituindo um material de pesquisa essencial para esta monografia e que será melhor abordada no capítulo a seguir. Serão abordados dados fundamentais da pesquisa apontando as mulheres como centrais na política habitacional, sendo elas as principais responsáveis pelo sustento familiar, pela manutenção do lar que se estende até a preservação do empreendimento.

#### **4 FASE DE PÓS OCUPAÇÃO DO RESIDENCIAL - IMPLICAÇÕES DE GÊNERO E OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

O trabalho de pós ocupação constituiu a fase final da implementação do Programa. No tocante ao Residencial Jardim Atlântico, foi realizada nessa etapa uma pesquisa censitária, que funcionou como um breve diagnóstico das famílias residentes, com intuito de nortear a estruturação de atividades que buscam contemplar as dimensões econômica, social, ambiental, produtiva e política-institucional, através de ações que planejam atender os objetivos do trabalho social já mencionados anteriormente.

A pesquisa é essencial uma vez que permite ao ente público conhecer as importantes características das famílias, se apropriando das principais demandas e necessidades dessas pessoas, possibilitando uma articulação com a rede de serviços da região e o atendimento dessas famílias através de outras políticas públicas, sejam elas de educação, saúde, assistência social, previdência, entre outras, sendo um aspecto primordial do trabalho social por parte da(o) assistente social.

A partir de todos os levantamentos elaborados até o momento nesta monografia, fica claro a centralidade das mulheres como sujeitas importantes na luta pelo direito à moradia. As mulheres são responsáveis pelo trabalho na esfera doméstica, sendo consequentemente responsáveis pela manutenção de suas comunidades, isso significa que são elas quem reivindicam melhorias nos serviços de infraestrutura, saúde, educação, segurança, entre outros. Não obstante, as famílias chefiadas por mulheres são as mais pobres e vulneráveis e vêm aumentando cada vez mais. Essas mulheres, além de enfrentar a fragilidade econômica, enfrentam a dupla jornada de trabalho para sustentar suas famílias.

Ainda assim, conquistaram avanços importante em diversas áreas, inclusive nas políticas públicas, como é o exemplo do PMCMV. A priorização das mulheres chefe de família foi uma conquista significativa, porém insuficiente. O Programa não considera as diferentes necessidades entre homens e mulheres e isso se reflete desde a seleção das famílias até a construção dos empreendimentos. Baseado nessas premissas que serão analisados os resultados obtidos pela pesquisa censitária realizada no Residencial Jardim Atlântico.

A pesquisa foi realizada no ano de 2019 pela assistente social responsável pela execução do trabalho social. É necessário explicitar que das 78 famílias residentes, somente 76 delas foram entrevistadas, expressando a realidade deste universo de pesquisa. Contempla aspectos da esfera econômica, histórica e social, permitindo um panorama geral do objeto de análise.

Para melhor caracterizar a população que vive no residencial, destaca-se que 48,7% das pessoas são naturais do Município de Florianópolis. Outro percentual considerável é que 11,8% dos indivíduos são naturais do Rio Grande do Sul e 6,6% de São José. Faz-se necessário retomar que um dos critérios municipais para acessar o Programa era residir por pelo menos 5 anos em Florianópolis. Ao questionadas(os) do porquê se mudaram para a capital do Estado de Santa Catarina, 43,6% indicaram que vieram com suas famílias e 30% apontaram que percebiam o local como bom para se morar.

A pesquisa revela que das 250 pessoas que residem no empreendimento, 60% delas são mulheres, porém mais do que residentes, as mulheres representam 100% das titulares de contrato, ou seja, não há nenhum apartamento cuja proprietária não seja mulher, ainda que em alguns casos não seja ela a única titular. Um dado ainda mais esclarecedor aponta que 100% dessas famílias têm mulheres como responsáveis pela unidade familiar e 90% têm somente a mulher como responsável familiar. Mesmo que o número elevado de mulheres possa ser justificado pela Legislação do Programa, que prioriza as mulheres chefe de família, essas informações apontam para outros elementos importantes que devem ser trabalhados.

De acordo com Sumi e Pina (2017), nas últimas três décadas houve uma tendência de crescimento no aumento de famílias chefiadas por mulheres. Além disso, é mais comum nas famílias pobres o abandono do lar, por parte da figura masculina, não só voluntariamente, mas por envolvimento com drogas, doenças, tendo a mulher que assumir o papel de mãe e provedora (ROSA, 2007). Segundo Machado (1997), as mulheres constituem o grupo mais vulnerável economicamente devido a sua situação de discriminação. Dentre os grupos mais pobres da população estão as mulheres chefe de família.

Para melhor compreender o que indicam os dados, se faz essencial discutir a relação da mulher com o trabalho. Com as conquistas do movimento feminista, as mulheres começaram a acessar o mercado de trabalho. Entretanto, apesar do avanço, para muitas mulheres isso implicou também numa sobrecarga de trabalho, uma vez que eram também responsáveis pelo trabalho reprodutivo, isto é, concepção, gestação, socialização e cuidado das crianças, até manutenção dos adultos, que são os processos necessários para a formação de indivíduos adaptados à estrutura social e para garantia da existência de gerações futuras (MACHADO, 1997). Entretanto, o trabalho reprodutivo é naturalizado como função da mulher ao ponto de não ser mais entendido como trabalho e se tornando invisível.

Foi apontado nos capítulos anteriores a participação das mulheres na luta pelo direito à cidade. Esse papel de gerentes da comunidade, como aponta Machado (1997), pode ser visto uma extensão do trabalho reprodutivo, pois são as mulheres que se organizam para reivindicar

melhores serviços e infraestrutura, no intuito de conseguirem melhores condições para assegurar o bem-estar de suas famílias. As mulheres de baixa renda, público-alvo do PMCMV, por vivenciarem condições inadequadas de vida, é que são as responsáveis pela organização, desenvolvimento e continuação de movimentos populares, creches, saneamento básico, postos de saúde etc. Ainda assim, essa responsabilidade para com a comunidade não deve ser entendida apenas uma extensão do trabalho doméstico, é importante considerar que faz parte da esfera pública. Mais do que isso, é necessário compreender a esfera privada, das relações íntimas, como um espaço político (LOLATTO, 2019).

Outro ponto a ser considerado, é que a realidade dessas mulheres é atravessada-por outros dilemas. Para além das necessidades de gênero, deve-se considerar que as mulheres não são homogêneas, por isso possuem diferentes necessidades no que tange a questão de classe, etnia e crença. Apesar das particularidades de cada região do país, a pobreza se traduz na figura da mulher negra, e este é um elemento essencial para se pensar as hierarquias sociais, como já enfatizado anteriormente. Apesar da dimensão que tal dado indica, a pesquisa feita no residencial não informa esse dado, deixando omissa a raça/etnia dessas mulheres.

É preciso compreender a forma como gênero, classe e raça se conectam, para criar não somente fatores comuns, mas principalmente para entender as diferenças na experiência das mulheres. A mulher negra é discriminada duas vezes, por ser mulher e por ser negra (AGUIAR, 2007). Mais uma vez se cristaliza as relações de dominação e poder como determinantes nesse contexto, já que baseada nessas relações o racismo se estruturou como uma ideologia traduzida em prática social. Dessa forma, se estruturam em instituições públicas e privadas, tais valores de inferioridade das(os) negras(os), das(os) indígenas e das(os) pobres, arraigados nas estruturas do pensamento dos indivíduos e grupos, reproduziram-se em nosso desenvolvimento social e econômico, provocaram as desigualdades que conhecemos. Para desfazer esses sistemas de dominação e poder, faz-se necessário forte investimento público e privado, seja no sentido de induzir a sociedade à uma cultura de diversidade, mas também para desestruturar o sistema construído (NOGUEIRA, 2007).

É importante salientar não somente a relevância, mas a necessidade de se considerar essa informação na elaboração de políticas públicas, inclusive na política habitacional. É essencial a criação de estratégias que permitam o acesso pleno dessas mulheres ao direito à moradia, isto é, não somente serem selecionadas para assinarem o contrato, mas participarem do processo de planejamento, execução e implementação do Programa, para que suas vozes possam ser ouvidas, dando ouvidos também aos seus interesses, preferências e necessidades.

Canais de participação devem ser abertos permitindo que essa participação ocorra (MACHADO, 1997).

Deve se pensar em mulheres não somente no processo de planejamento, mas ocupando espaços onde se pense e elabore políticas e serviços, para que os mesmos observem com atenção às urgências das mulheres. Lolatto (2019), resgata questionamentos, inicialmente elaborados por Okin (2008), que elucidam: seriam as políticas públicas as mesmas se fossem pensadas por mulheres? Como seriam essas políticas se quem as elaborassem fossem aquelas historicamente responsáveis pelos cuidados da família? Lolatto (2019) aponta que apesar de serem os homens os que menos viveram e vivem essas experiências, são eles que ocupam os parlamentos e definem as políticas públicas, direitos sociais e toda legislação que normatiza a sociedade.

No que se refere a situação financeira das famílias, 57,9% delas recebem entre 1 e 2 salários-mínimos e cerca de 40% tem como uma das fontes de renda o trabalho informal, sendo que 25% vivem somente com rendimentos do trabalho informal, pensão alimentícia e/ou benefícios da assistência. Além de reforçar o que já foi discutido até então, essa informação aponta para outra direção. Como indica Machado (1997), é grande a probabilidade das famílias de baixa renda estarem inseridas no trabalho informal, mas as mulheres chefes de família possuem ainda mais chance de estarem nesse setor, o que não só dificulta o acesso dessas mulheres ao Programa, pois é exigida comprovação de renda, mas as submete a uma precarização do trabalho ainda maior, sem mencionar a insegurança e instabilidade que acabam por atravessar essas famílias, em todos os sentidos.

Essa porcentagem de famílias e, portanto, mulheres, no setor informal corrobora a apropriação do capitalismo sob sistema patriarcal. Conforme discutido anteriormente, patriarcalismo e capitalismo possuem relação intrínseca. Dessa forma, na medida em que o capitalismo incorpora as lógicas e valores do sistema patriarcal, conforme intensifica a exploração da classe trabalhadora, se intensifica ainda mais a exploração da mulher, não é coincidência que as famílias chefiadas por mulheres sejam as mais vulneráveis. Revela-se aqui o fato de ser menos problemático elaborar políticas que atendam as necessidades imediatas da população, do que pensar políticas públicas que possibilitem a essas mulheres a transformação de sua realidade. Seriam essas necessidades estratégicas que, quando atendidas, levariam as mudanças estruturais na subordinação da mulher e na divisão do trabalho (MACHADO, 1997).

Quanto a escolaridade dessas mulheres, a pesquisa expõe que 29 das(os) responsáveis pela unidade familiar possuem ensino médio completo, revelando-se uma característica positiva, mas em contrapartida, 22 delas possuem ensino fundamental incompleto. O dado mais uma vez aponta para as relações de poder instituídas no sistema patriarcal, que dificultam o

acesso das mulheres as diferentes esferas que não seja a doméstica, causando uma segregação da população feminina as diferentes instâncias.

Vale lembrar que um dos critérios estabelecidos pelo Município de Florianópolis para seleção das famílias era vínculo empregatício na região do empreendimento. Tal critério aponta dois elementos: a) é problemático, uma vez que além de não considerar a informalidade acima mencionada e a dificuldade em comprovação de renda, complexifica ainda mais a comprovação do vínculo socio-empregatício na região e se torna ainda mais excludente; b) por outro lado, permite que as família selecionadas tenham maior facilidade em acessar seus espaços de trabalho e demais equipamentos públicos, considerando que boa parte trabalha no entorno do residencial, simplificado, mesmo que pouco, o deslocamento das moradoras no trajeto casa trabalho.

A pesquisa aponta que 15,8% das pessoas responsáveis são autônomas, boa parte mulheres, e necessitem de espaços internos para que possam realizar atividades de geração de renda faz-se importante, portanto, planejar uma habitação adequada para que as mulheres possam desempenhar várias das atividades que executam. Entretanto, ainda é comum que programas habitacionais continuem trabalhando a partir de suposições equivocadas que não são condizentes com a realidade dessas famílias (MACHADO, 1997). Não é à toa a importância que se atribui aos canais de comunicação que devem existir na elaboração desses programas, para que se possa atender as necessidades reais dessas famílias.

No Residencial Jardim Atlântico, que possui cinco blocos em sua composição, foram as mulheres que assumiram os papéis de líderes de bloco, sendo elas as encarregadas pelas demandas específicas dos mesmos, trabalhando essas questões nas assembleias de condomínio, reforçando o papel da mulher como protagonista na constante manutenção do lar. Mais do que isso, quando as obras foram paralisadas devido a falência da construtora, foram as mulheres que se organizaram e se mobilizaram para reivindicar que as obras fossem retomadas o mais rápido possível, através de manifestações e até convocação da mídia para denunciar a situação. Porém, os fatos transparecem não para uma romantização do engajamento dessas mulheres na luta por seus direitos e no gerenciamento de seus locais de moradia, pelo contrário, evidencia-se aqui a sobrecarga dessas mulheres que além de serem, em sua maioria, chefes de família, são igualmente encarregadas das demais ações que se destinam a preservação do condomínio.

O acesso à moradia, para essas mulheres, representa um salto perante a exclusão social, uma vez que garante à vida em família, à proteção social, educação, trabalho, saúde, entre outros. Isso se reflete na pesquisa, que revela como um dos pontos positivos do condomínio o fato dessas mulheres terem sua casa própria, tendo 92,4% das(os) entrevistadas(os) indicando

esse aspecto. Também são mencionadas a rede de comércio no entorno (53,9%), e a oferta de serviços públicos (31,6%) como outros fatores positivos. Um diferencial interessante do Residencial Jardim Atlântico é sua localidade. Anteriormente, foi exposto que a localização dos conjuntos habitacionais é uma das principais deficiências do Programa, prejudicando a qualidade de vida das famílias. Entretanto, no Residencial Jardim Atlântico o principal aspecto positivo apontado pelas(os) entrevistadas(os) foi justamente a sua boa localização, permitindo uma melhor qualidade de vida para as famílias.

A partir desses dados, é importante enxergar a mulher como sujeita e protagonista, apta a atuar na formulação, gestão, execução e avaliação de políticas públicas que considerem as desigualdades de gênero, principalmente às relacionadas a vida urbana, especialmente de habitação (SALES; TORRES, 2017). A pesquisa censitária corrobora com as informações levantadas até o momento nesta monografia, expondo de forma prática -, fundamentado nos dados da pesquisa, as mulheres chefes de família enquanto parte mais vulnerável e pobre da população, reiterando as relações patriarcais-capitalistas, sem mencionar seu protagonismo na luta por direito à moradia, tendo seu acesso à educação, trabalho e outras tantas dimensões dificultado pela sua situação de opressão.

Apesar do avanço que a conquista da casa própria representa para essas mulheres, a questão do PMCMV ainda é enviesada por inúmeros dilemas que se refletem na realidade das famílias beneficiárias do Programa e impactam sua qualidade de vida. Mesmo com demasiados dados e informações que revelam a realidade da população de baixa renda do país, que tem cor, gênero, orientação sexual, crenças, percebe-se a negligência do poder público em elaborar políticas públicas que ponderem as diferenças e, portanto, as necessidades singulares dessas famílias que, teoricamente, são público alvo de programas como esse. Enfatiza-se aqui a centralidade da diversidade para se pensar no direito à cidade, pensando no direito à transformação desse espaço, de forma que atenda e execute os direitos de diferentes grupos de indivíduos, de forma plena e acessível, pensando nas singularidades de cada um.

#### 4.1 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

O trabalho social conforme exigido pelos órgãos financiadores, se constitui num elemento essencial também para a(o) assistente social. O Código de Ética profissional (1993) salienta, como princípios fundamentais, ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; compromisso com a qualidade dos serviços; além de apontar que, em sua relação com as(os) usuárias(os), a(o) assistente social deve contribuir para a

viabilização efetiva da população usuária nas decisões institucionais; garantir plena informação e discussão, respeitando democraticamente as decisões da(o) usuária(o); democratizar as informações e o acesso; e desenvolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas as(os) usuárias(os), no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento de seus interesses.

Este último dialoga diretamente com a pesquisa censitária, realizada no pós-obras, no intuito de caracterizar as famílias residentes do conjunto habitacional, sinalizando a renda das famílias, a porcentagem de mulheres chefe de família, o número de trabalhadoras(es) informais e outras tantas particularidades. A partir dessa pesquisa, a(o) assistente social pode desenvolver atividades que conectadas com a realidade desvendada a partir pesquisa, permite uma melhor apropriação das carências daquelas famílias, possibilitando ações interventivas que transformem significativamente a realidade dos indivíduos.

Acionando a rede de serviços no entorno, articulando as diferentes políticas públicas com o intuito de resolver as carências das(os) moradoras(es), que além de compor um dos objetivos do trabalho social, compõe também o Código de Ética da profissão. São enfatizados pelo Código de Ética o posicionamento em favor da equidade e justiça social, com vistas a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relacionados aos programas e políticas sociais; a contribuição para a criação de mecanismos que possibilitem a desburocratização em relação as(aos) usuárias(os), no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; a realização de estudos socioeconômicos com as(os) usuárias(os) para fins de benefícios e serviços sociais junto aos órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Todos esses aspectos revelam e reforçam a relevância não somente do trabalho social, mas da pesquisa censitária para a intervenção da(o) assistente social.

A pesquisa acaba por se constituir em um dos principais instrumentos para a(o) profissional de serviço social, permitindo que a(o) assistente social se aproxime das famílias, possibilitando que a(o) profissional conheça seus diferentes interesses, necessidades, perfis e particularidades, reconhecendo as principais demandas daquelas famílias. A partir das informações coletadas, a(o) assistente social pode traçar suas estratégias e intervenções, sejam elas num sentido mais amplo, buscando a promoção de atividades coletivas cujo objetivo é intervir naquelas situações que mais se repetem na realidade das(os) moradoras(es), sejam particularidades, especificidades de cada indivíduo, podendo, enquanto profissional de serviço social, realizar as orientações, intervenções e encaminhamentos para instituições e serviços necessários para viabilização da efetivação dos direitos daqueles indivíduos.

Os resultados da pesquisa evidenciam protagonismo dessas mulheres seja na luta por moradia, seja na manutenção de suas famílias, seu lar e sua comunidade. Portanto, constitui um

elemento importante para o serviço social, sendo indispensável apostar em trabalhos de formação de lideranças femininas, pois são elas que vivenciam mais essa realidade, são maioria, reivindicam projetos que atendam suas necessidades. O próprio Código de Ética ressalta a competência da(o) assistente social de orientar grupos e indivíduos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos. Não obstante, aponta a competência da(o) profissional na prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais em relação às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Ademais, a discussão sobre as diferenças, o empenho na eliminação de qualquer preconceito, à participação de grupos socialmente discriminados, o posicionamento em favor da equidade e a defesa intransigente dos direitos humanos norteiam a atuação profissional.

É importante pensar também na atuação profissional em espaços de gestão e planejamento, considerando toda a carga teórica da(o) assistente social, sua experiência técnica enquanto profissional que atua diretamente com as diferentes expressões da Questão Social e exerce um papel de mediador entre os serviços e as demandas da classe trabalhadora. Essa bagagem permite a(ao) profissional grande contribuição técnica para pensar e elaborar políticas e serviços mais inclusivos que intervenham na realidade das famílias que sofrem diretamente com a desigualdade social, considerando a diversidade e o projeto ético político da profissão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração desta monografia, objetivou-se analisar o diagnóstico construído a partir da pesquisa censitária realizada no Residencial Jardim Atlântico, observando a perspectiva das relações de gênero e do protagonismo das mulheres na luta pelo direito à moradia. Foi observado, através da pesquisa, que Programas como o Minha Casa Minha Vida representam um avanço e, até mesmo uma conquista da população que carece de moradia, especialmente as mulheres, que representam a maioria das responsáveis pelo sustento da família e se encontram em situação de maior vulnerabilidade em virtude da opressão que vivenciam. Ainda assim, essas “soluções” habitacionais, se mostram insuficientes para atender as demandas dessas famílias.

Compreende-se que o estado de subordinação e opressão das mulheres, é uma determinação histórica e social da qual o sistema capitalista se apropria para intensificar sua exploração da mais valia. Portanto, devem ser elaboradas políticas, serviços e programas com o intuito de combater essa desigualdade, com intenção de inclusão dessas pessoas e exercício pleno da cidadania. Para tal, faz-se necessário compreender o desinteresse por parte do estado, que apesar de dispor de tantas informações a respeito do tema, mantém políticas públicas com as mesmas formas e padrões.

Com as informações levantadas neste trabalho de conclusão, evidencia-se não a importância, mas a urgência em criar canais de comunicação que permitam a essas mulheres a participação nos processos de planejamento e elaboração dessas políticas. Mais do que isso, afirma o caráter primordial para a categoria profissional de se investir na formação de liderança femininas, pois trabalhamos diariamente com essa população. A monografia espera sinalizar a pesquisa como importante instrumento profissional. Essa discussão se relaciona intimamente com a dimensão investigativa da nossa profissão, por meio da pesquisa podemos extrair informações diretamente da realidade, entretanto para que a pesquisa ocorra, exercitamos nosso conhecimento através de documentos institucionais, bibliografias, que nos orientem na utilização desta ferramenta.

Essa dimensão está intrinsecamente ligada a dimensão interventiva da profissão, pois a postura investigativa, do questionamento, problematização, revisão desses dados, se revelará nas estratégias de intervenção profissional, mais qualificada, eficaz, eficiente (GUERRA, 2009). O Trabalho de Conclusão aponta também para a necessidade da incorporação do gênero na atuação profissional, compreendendo que essas relações estão direta e completamente

conectadas com as políticas públicas, serviços, benefícios que a população, da qual trabalhamos diariamente e somos grandes mediadores, buscam acessar.

Explorar esse tema proporcionou um crescimento valioso enquanto acadêmica e futura profissional. Foram questões das quais tive pouco contato ao longo da graduação e que agora neste Trabalho de Conclusão de Curso se mostraram inestimáveis. Primeiramente pensando nas(os) usuárias(as) que atenderei em meu futuro profissional e, que através deste estudo pude aprimorar meus conhecimentos a respeito deste tema, que se afirma diariamente na população que atendemos enquanto profissionais, permitindo reflexões que poderão refinar e qualificar minha atuação profissional, conseqüentemente minhas intervenções que atingem diretamente as(os) usuários. Em segundo lugar, possibilitou para mim, enquanto mulher, um crescimento pessoal, atribuindo novos significados às coisas que nós, mulheres, vivenciamos diariamente.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade.** In. Cadernos de Pesquisa do CDHIS - n. 36/37 - ano 20 - p. 83-88 - 2007.

Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20eticidade.pdf>. Acesso em: nov. de 2020.

ALBUQUERQUE, Nila Larisse Silva de. PLANEJAMENTO OPERACIONAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: COMPARAÇÃO ENTRE RECOMENDAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E O PLANO DE CONTINGÊNCIA NACIONAL. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 25, apr. 2020. ISSN 2176-9133. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/72659>>. Acesso em: 24 nov. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72659>

ARAÚJO, J. A. SOBRE A CIDADE E O URBANO EM HENRI LÉFÈBVRE. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 133-142, 2012. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2012.74258. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74258>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm#art3..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm#art3..)>. Acesso em: outubro de 2020

BRASIL. **Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm). Acesso em: nov. de 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Portaria Nº 21, de 22 de Janeiro de 2014.** Brasília, DF, 22 jan. 2014.

BORTOLI, Ricardo; ZUCCO, Luciana. **COVID-19: violências contra as mulheres em pauta.** 2020. Disponível em [https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/05/violencia\\_contra\\_a\\_mulher.pdf](https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/05/violencia_contra_a_mulher.pdf). Acesso em: novembro de 2020.

BOTÃO, Márcia; NUNES, Nilza Rogéria. A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da COVID-19. In: LOLE, Ana; GOMES, Inez Stampa Rodrigo Lima R. (org.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. p. 250-258.

CARLOTO, Cássia Maria. O CONCEITO DE GÊNERO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan/jun. 2001.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico\*. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 283-307, Apr. 2016 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S223699962016000100283&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223699962016000100283&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em setembro de 2020

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na política urbana: subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2016. (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, v. 5).

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

CUNHA, Debora Santos; SOARES, Marielma Vieira; PIMENTEL, Pâmela Gaziele Rodrigues. **O assistente social na garantia de acesso à habitação**. In VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - 22 a 25 de agosto de 2017. UFM.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. Questão urbana e direito à cidade: reflexões sobre o trabalho social na política urbana. **Revista Conexões Gerais**, v. 3, p. 3-82, 2014.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. A constituição Cidadã e o Direito à cidade: 20 anos de luta e muitos desafios. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1337/201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: outubro de 2020.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre. Ed. Artmed, 2009. 405p.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto Municipal 13. 233 de 26 de junho de 2014**. Ratifica a resolução do CMHIS de Florianópolis n. 02/2014 pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Serviço Social na área da Habitação: da Tutela a Mediação**. In: XVII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2001, Lima. Anais do XVII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2001.

GUERRA, Y. A. D. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: ABEPSS e CFESS. (Org.). Direitos Sociais e competências profissionais. 1ed. Brasília: Universidade de Brasília- UNB CEAD, 2009, v. 1, p. 701-718. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/93/85>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

LOLATTO, Simone. Aspectos culturais que dificultam a participação das mulheres na política eleitoral e sua relação com as esferas público-privada. **Revista Debates**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 156-178, 16 dez. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-5269.88979>.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nos programas habitacionais: equívocos e conceitos**. Relatório de pesquisa EAESP/FGV/NPP, nº 31/1997, p. 1-44.

Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/incorporacao-de-genero-nos-programas-habitacionais-equivocos-e-conceitos>. Acesso em: outubro de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000200013>.

MARQUES, B. M. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: O QUE SE TEM PRODUZIDO A RESPEITO?. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 26, 11 maio 2018.

MASSON, Michel. Guerra dos Lugares:. **Revista Prumo**, [S.l.], v. 2, n. 3, July 2017. ISSN 2446-7340. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/407>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

NOGUEIRA, João Carlos. Relações raciais e as transformações sociais no Brasil. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/10/f1279relacoes-raciais-e-as-transformacoes-sociais-no-brasil---joao-carlos-nogueira---2007.pdf>. Acesso em: nov. de 2020.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. DO BNH AO MINHA CASA MINHA VIDA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA POLÍTICA HABITACIONAL. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 50, p.36-56, 13 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/2293701>>. Acesso em: 03 maio 2019.

PACHECO, Daiane da Silva; ARAUJO, Debora Magalhaes. **Programa Minha Casa Minha Vida: Uma análise crítica de suas tendências e resultados a partir de estudos e produções teóricas sobre o Programa**. In. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - 22 a 25 de agosto de 2017. Universidade Federal do Maranhão.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos; ALVES, Jolinda de Moraes; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. Política de regularização fundiária urbana de interesse social em Londrina, Paraná. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 184-193, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00200003>

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS. **Relatório de pesquisa Condomínio Jardim Atlântico – Florianópolis**. Florianópolis. 2019. 20p.

PMHIS. **PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS**. Florianópolis. 2012. 166 p. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19\\_12\\_2012\\_15.01.37.4c6e751bc3c439fd103d63011f9e5001.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_12_2012_15.01.37.4c6e751bc3c439fd103d63011f9e5001.pdf)>. Acesso em: 12ago. 2018.

REZENDE, C. J. S.; SANTO, M. DO E.; ALVES, A. DOS SANTOS; OLIVEIRA, C. S.; ANDRADE, F. R. C. DE; SILVA, P. S. A atuação do assistente social na habitação sob a ótica dos novos espaços sócio ocupacional. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, v. 2, n. 1, p. 137-146, 25 mar. 2014.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. GENTRIFICAÇÃO: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1334-1356, 25 jul. 2018. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rdc.2018.31328>.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres**. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SALES, Alessandra do Amaral; TORRES, Iraíldes Caldas. **A atuação das mulheres na luta por moradia: um olhar sobre o Movimento Orquídeas em Manaus**. Seminário Internacional Fazendo gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499479185\\_ARQUIVO\\_ArtigoMovimentoOrquideas.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499479185_ARQUIVO_ArtigoMovimentoOrquideas.pdf). Acesso em: outubro de 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica; PINI, Francisca. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o Projeto ABEPSS itinerante. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, jan./jun. 2013 (p. 133-153).

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 11-19, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802010000100002>.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 20, n.41, p.75-98, Apr. 2018. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962018000100075&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962018000100075&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4104>.

SUMI, Camilla M; PINA, SILVIA A.M.G. **A cidade visível e possível: gênero e políticas públicas de habitação**. Fórum Habitar, n° 4, Belo Horizonte/MG, nov 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/320991068\\_A\\_Cidade\\_Visivel\\_e\\_Possivel\\_Genero\\_e\\_politicas\\_publicas\\_de\\_habitacao](https://www.researchgate.net/publication/320991068_A_Cidade_Visivel_e_Possivel_Genero_e_politicas_publicas_de_habitacao) Acesso em: 12 de outubro de 2019.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 85-102, June 2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782016000200085&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200085&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245804>.